

# DA PERIFERIA AO “CENTRO DO MUNDO”: O ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial em uma perspectiva global

CARLOS ROBERTO CARVALHO DARÓZ\*  
Historiador

---

## SUMÁRIO

Introdução  
História global – considerações teórico-metodológicas  
Brasil, um país neutro  
A guerra chega às águas brasileiras – os bloqueios marítimos  
1917 – O Brasil ingressa na guerra  
Reflexões finais

## INTRODUÇÃO

O assassinato do herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, arquiduque Francisco Ferdinando, e de sua esposa Sofia, em 28 de junho de 1914, em Sarajevo,

na província da Bósnia-Herzegovina<sup>1</sup>, desencadeou uma série de acontecimentos que culminaram com a deflagração do maior enfrentamento bélico até então vivenciado pela humanidade (HASTINGS, 2014). À época nominado como Grande

---

\* Historiador militar, pesquisador, professor e escritor. Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense, mestre em História Política pela Universidade Salgado de Oliveira e especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professor do programa de pós-graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina. Autor dos livros *Um céu cinzento: a aviação na Revolução de 1932*, *A guerra do açúcar: as invasões holandesas no Brasil*, *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia* e *Bruxas da noite: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial*.

<sup>1</sup> Considerado uma organização terrorista, inspirado no *Risorgimento* italiano, o grupo Mão Negra organizou fantásticas e corajosas ações, como o assassinato do herdeiro ao trono do Império Austro-Húngaro, o arquiduque Francisco Ferdinando da Áustria, e de sua esposa, na cidade de Sarajevo. Os verdadeiros autores do atentado, no entanto, eram membros da milícia *Mlada Bosna* (Jovem Bósnia). No dia 25 de junho de 1914, uma pequena célula conseguiu se infiltrar na Sérvia, e, três dias depois, o atentado seria perpetrado pelas mãos do militante Gavrilo Princip, dando origem, dois meses mais tarde, à Primeira Guerra Mundial. Ver HASTINGS, Max. *Catástrofe: 1914 – a Europa vai à guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Guerra (SONDHAUS, 2015)<sup>2</sup>, o conflito estendeu-se de agosto de 1914 a novembro de 1918, envolveu expressiva quantidade de países e resultou na cifra – até então sem precedentes – de 20 milhões de mortos e 21 milhões de feridos e incapacitados, incluindo militares e civis (MOUGEL, 2011).

A História Global é um campo de estudos históricos que emergiu na academia norte-americana na década de 1980, promovendo a superação do nacionalismo metodológico (CONRAD, 2016) e problematizando e analisando eventos históricos e processos em uma perspectiva global, com caráter transnacional, que privilegia o estudo das conexões entre atores, civilizações, culturas, impérios, regiões e países distintos, suas influências e seus impactos (HARE; WELLS, 2015).

Embora a História Global seja mais frequentemente instrumentalizada para estudar temas ligados a economia, escravidão, mercadorias, capitalismo e sociedade, entre outros, as relações internacionais, a diplomacia e as guerras que envolvem inimigos estrangeiros são categorias bastante apropriadas para serem apreciadas pelo campo, uma vez que, essencialmente, são promovidas por agentes extranacionais, que exercem influência e são impactados entre si.

Tendo sido iniciada na Europa, a guerra de 1914-1918 assumiu, gradativamente, um caráter global, expandindo-se para todos os continentes do mundo, e, a partir de 1917, levando o Brasil a ingressar no conflito e, no ano seguinte, enviar forças militares para contribuir com o esforço de guerra na Europa e na costa ocidental da África.<sup>3</sup> Mesmo distante do epicentro das operações militares, o Brasil, país com sólidas relações comerciais estabelecidas com as principais potências beligerantes, sofreu os impactos das operações militares e terminou por se envolver na guerra. O propósito do presente ensaio é analisar, sob a perspectiva da História Global, o processo que levou o Brasil a abandonar a posição de neutralidade até se envolver diretamente no conflito.

## HISTÓRIA GLOBAL – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO- METODOLÓGICAS

A História Global desenvolveu-se a partir dos Estados Unidos da América (EUA), na década de 1980, como uma reação às guinadas pós-modernas, consideradas por alguns historiadores daquele país como demasiadamente abstratas

2 De acordo com o historiador Lawrence Sondhaus, da Universidade de Indianápolis, (SONDHAUS, 2015, p.13), “nos primeiros dias de agosto de 1914, muitos observadores e participantes se juntaram a [o general] Viktor Dankl [comandante do 1º Exército Austro-Húngaro], no reconhecimento do início de uma ‘grande guerra’ ou ‘guerra mundial’, do tipo que a Europa não via desde o final da época de Napoleão, um século antes. [...] no final de agosto de 1914 o alcance e a intensidade do conflito em curso, no qual a maioria dos beligerantes já tinha perdido mais homens em uma única batalha, ou mesmo em um único dia, do que em guerras inteiras travadas no século XIX ou antes, levaram a maioria a reconhecer que estavam testemunhando algo sem precedentes”. Dessa forma, o conflito de 1914-1918 ficou conhecido na Europa – e ainda o é em muitos países atualmente – como a Grande Guerra. O rótulo de Primeira Guerra Mundial somente se popularizou a partir da eclosão de conflito ainda mais violento, em setembro de 1939. Feito este esclarecimento, farei referência ao período 1914-1918, a partir daqui, como “Primeira Guerra Mundial”.

3 Após reconhecer o estado de guerra imposto pela Alemanha ao país, o Governo brasileiro despachou, no último ano da guerra, uma divisão naval para patrulhar a costa Ocidental da África; um grupo de aviadores navais para voar junto às aviações da Inglaterra, da Itália e dos Estados Unidos da América; uma missão de observação composta por oficiais brasileiros junto ao Exército francês; e uma missão médica militar, que instalou um hospital militar em Paris. Para saber mais sobre a participação efetiva do Brasil no conflito, ver DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.

e suscetíveis à elaboração de respostas vagas e preestabelecidas para os problemas formulados (WILDER, 2012). Em termos metodológicos, o campo propõe-se a analisar eventos e processos privilegiando uma dimensão global, em detrimento das dinâmicas locais e transcendendo as fronteiras nacionais e a história do Estado-Nação (CONRAD, 2016). Rafael Marquese observa a capacidade da História Global de transpassar as fronteiras nacionais, mas também desfaz uma tentativa de confundir o campo com o conceito de globalização, tão difundido na década de 1990. Para ele (2019, p. 16) a abrangência da História Global

não pode ser apenas geográfica ou mascarar conflitos e contradições, sob o risco de se equiparar à já puída ideologia da globalização.

Faz-se necessário construir uma perspectiva que seja capaz de contemplar diferentes dimensões temporais e espaciais, variando escalas de observação, articulando estruturas e eventos e evitando, ao mesmo tempo, o etnocentrismo e determinismos de ordens variadas. [grifo nosso]

No desenvolvimento conceitual da História Global, Marquese (2009, p. 17) apresenta sua proposta para o estudo das histórias conectadas, reconhecendo a possibilidade de sistematização do campo

A promessa da história global – eis meu argumento – reside no estudo das totalidades abertas, isto é, de fragmentos do globo integrados por meio de laços

diversos (econômicos, sociais, políticos, culturais) que assumem uma dada configuração dinâmica e sistêmica.

O historiador alemão Sebastian Conrad centra as análises globais nas conexões estabelecidas entre culturas, civilizações, regiões, mercados, impérios e países (como é o caso do presente trabalho) e nas transformações estruturais proporcionadas por essas relações (CONRAD, 2016). Tal abordagem teórica abre um caminho para pensar a inserção do Brasil na guerra por meio das conexões que possuía na década de 1910 com outros países em uma escala global, sobrepondo-se à busca de explica-

ções essencialmente nacionais, baseadas em uma dinâmica própria e doméstica.

Além de romper com o nacionalismo metodológico, a História Global empreende uma nova problematização acerca das questões de centralidade e

**O início da guerra afetou profundamente a economia brasileira, pois os principais parceiros comerciais eram exatamente os países europeus e os EUA**

periferias, resultando em uma abordagem diferenciada que procura superar o eurocentrismo e lançar um olhar sobre regiões consideradas periféricas pela historiografia tradicional, sobretudo a europeia (CONRAD, 2016). Assim, ao estudar o desenvolvimento e a escalada da guerra, objeto da presente pesquisa, percebemos um deslizamento geográfico do conflito da Europa, onde teve início em agosto de 1914, para os demais continentes do mundo, tradicionalmente considerados periféricos: Ásia, Oceania, África e Américas. Nesse contexto, é possível pensar, preliminarmente, que o ingresso do Brasil na Primeira Guerra Mundial também atendeu a uma orientação global.

## BRASIL, UM PAÍS NEUTRO

Em 1914 o panorama social e econômico do Brasil era complexo e cheio de contradições. Mesmo distante da Europa, o início da guerra afetou profundamente a economia brasileira, pois os principais parceiros comerciais eram exatamente os países europeus, envolvidos diretamente no conflito, além dos EUA. Sem possuir uma base industrial sólida, o Brasil ainda era um país agrário, cuja economia baseava-se na exportação de dois produtos principais: o café e a borracha. Em 1913, o café representava mais de 62% da pauta de exportações brasileiras, e a borracha, 21,6%, conforme mostra a tabela a seguir (BRASIL, 1940):

| Exportações dos principais produtos primários brasileiros (%) |      |          |                               |                 |
|---|------|----------|-------------------------------|-----------------|
| Ano   | Café | Borracha | Outros produtos agrícolas (*) | Outros produtos |
| 1901  | 59,0 | 21,2     | 16,1                          | 3,7             |
| 1902  | 55,8 | 20,0     | 19,2                          | 5,0             |
| 1904  | 50,6 | 28,4     | 15,8                          | 5,2             |
| 1906  | 52,0 | 26,5     | 16,8                          | 4,7             |
| 1908  | 52,2 | 26,7     | 15,8                          | 5,3             |
| 1910  | 42,3 | 39,1     | 14,2                          | 4,4             |
| 1912  | 62,4 | 21,6     | 11,9                          | 4,1             |
| 1913  | 62,3 | 15,9     | 17,3                          | 4,5             |

(\*) Algodão bruto, cacau, tabaco, mate, couros e peles

O surto econômico da borracha, que havia financiado parcialmente programas de reparamento da Marinha e do Exército, tinha passado, e as exportações do produto diminuíram consideravelmente em 1914. Os principais clientes, as potências europeias, estavam substituindo gradualmente as importações da borracha brasileira pela produzida na Malásia, de menor preço e mais acessível.

O café, no entanto, mantinha-se firme como o principal produto de exportação

brasileiro e, transcendendo o aspecto econômico, associava-se ao poder, com os chamados “barões do café”, que dominavam o cenário político nacional desde a Proclamação da República (ALMEIDA, 2014). Como a guerra trouxe reflexos extremamente negativos à economia brasileira, naturalmente a atividade mais afetada foi a exportação do café. Com os principais clientes envolvidos diretamente no conflito na Europa, muitos mercados consumidores tornaram-se inacessíveis. O transporte marítimo também foi bastante prejudicado, pois o bloqueio imposto pela Alemanha ampliou sobremaneira o risco das viagens, gerando um aumento expressivo nas taxas de frete e seguro. Para piorar a situação do transporte, em 1917 a Grã-Bretanha declarou o café como item

“não essencial” ao esforço de guerra e limitou o espaço em seus navios para o produto.

Com a diminuição das exportações e o impacto causado pela guerra, o preço do café no mercado internacional diminuiu, acarretando ainda mais prejuízos para a economia brasileira. Finalmente, os banqueiros europeus, principais financiadores

das safras de café no Brasil, passaram a se ocupar com os problemas de seus próprios países e reorientaram os investimentos para títulos de dívida pública nacional.

O rompimento do tênue equilíbrio na Europa e a deflagração da guerra não provocaram nenhum sobressalto imediato nos países latino-americanos, inclusive no Brasil, embora nos principais centros urbanos do País predominasse uma forte influência cultural francesa, decorrente da *Belle Époque*. Em razão da aplicação da

Doutrina Monroe (RINKE; KRIEGES-MANN, 2015), os países da América Latina estavam muito mais ligados aos EUA do que às potências europeias, o que fez com que a escalada da crise que resultou no conflito não fosse percebida com clareza por suas chancelarias. Tal estado de espírito desinteressado pode ser bem avaliado pela opinião do escritor pernambucano José Medeiros e Albuquerque, secretário-geral da Academia Brasileira de Letras e autor da letra do Hino da Proclamação da República:

Pergunta-se às vezes na Europa qual é a opinião pública no Brasil sobre a política internacional. A verdade é que não existe entre nós uma opinião pública a este respeito. A América Latina está longe demais de toda a agitação europeia para que esta lhe chame muito a atenção. Nossas pequenas questões internas já são suficientes para ocupar o público. (COMPAGNON, 2014, p. 32)

Dado o desinteresse geral dos governos latino-americanos, foi natural que se declarassem neutros diante de uma “guerra europeia”, pois nenhum deles identificava qualquer razão para se aliar a qualquer um dos dois blocos antagônicos. Corroborando a liderança continental dos EUA, todos os países latino-americanos permaneceram neutros até a entrada da potência norte-americana na guerra. No ano de 1917, Panamá e Cuba declararam guerra às Potências Centrais<sup>4</sup> em abril; depois foi a vez do Brasil, em outubro. Costa Rica, Haiti, Nicarágua e Honduras declararam estado de guerra em 1918. Seis outros países romperiam relações diplo-

máticas com a Alemanha em 1917, sem, contudo, declarar-lhe guerra: República Dominicana, Peru, Bolívia, Uruguai, El Salvador e Equador. A Argentina permaneceu neutra até o final da guerra, apesar de estar mais alinhada culturalmente com a Alemanha (COMPAGNON, 2014).

O Brasil, que entraria em guerra com a Alemanha somente em outubro de 1917, formalizou sua condição de país neutro por meio do Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, mesma data em que os britânicos declararam guerra às Potências Centrais. O decreto estabelecia as regras gerais de neutralidade do País no caso de guerra entre as potências estrangeiras, embora protestasse pela via diplomática contra a invasão da Bélgica pela Alemanha. Redigido com 27 artigos, o documento elencava uma série de regras de conduta que tinham como propósito manter o Brasil fora do conflito, muitas delas ligadas à navegação nas águas territoriais e à utilização dos portos nacionais por navios dos países beligerantes. Dentre as disposições contidas no decreto (BRASIL, 1914), destacavam-se:

Art. 1º – Os residentes nos Estados Unidos do Brasil, nacionais ou estrangeiros, devem abster-se de qualquer participação ou auxílio em favor dos beligerantes e não deverão praticar ato algum que possa ser tido como de hostilidade a uma das potências em guerra.

Art. 2º – Não é permitido aos beligerantes promover no Brasil o alistamento de nacionais seus, de cidadãos brasileiros, ou de naturais de outros países para servirem nas suas forças de terra e mar.

Art. 3º – O Governo brasileiro não consente que se preparem ou armem corsários nos portos da República.

4 As Potências Centrais eram uma aliança militar que reunia Alemanha, Áustria-Hungria e o Império Otomano. Em oposição a ela, formou-se a Tríplice Entente, constituída pelo Reino Unido, pela França e pelo Império Russo. A partir de 1917, recebeu o apoio dos EUA e de outros aliados, inclusive o Brasil.

Art. 4º – É absolutamente proibida a exportação de artigos bélicos dos portos do Brasil para os de qualquer das potências beligerantes, debaixo da bandeira brasileira ou de outra nação.

Art. 5º – É proibido aos Estados da União e seus agentes exportar ou favorecer direta ou indiretamente a remessa de qualquer material de guerra a um dos beligerantes ou aos beligerantes.

Art. 6º – Aos beligerantes é proibido fazer do litoral e águas territoriais dos Estados Unidos do Brasil base de operações navais contra os seus adversários, e também lhes é vedado colocar nessas águas estações radiotelegráficas flutuantes, servindo de meio de comunicação com forças beligerantes no teatro da guerra.

Art. 7º – Se o teatro das operações de guerra ou os portos marítimos de um dos beligerantes estiverem a menos de 12 dias de viagem dos Estados Unidos do Brasil, calculada a travessia, a vinte e três milhas, nenhum navio armado em guerra do outro ou outros beligerantes, acompanhado ou não de presas, poderá estacionar nos portos, baías ou ancoradouros brasileiros mais de 24 horas, salvo o caso de arribada forçada. [...]

A Alemanha era o segundo maior parceiro comercial do Brasil, só perdendo para a Grã-Bretanha, condição que fazia ser intenso o trânsito de navios mercantes entre os dois países.<sup>5</sup> Com o início da guerra, 734 navios alemães, mercantes

e de transporte de passageiros, temendo ser apresados pelas Marinhas aliadas, solicitaram refúgio em portos de países neutros, que, à luz do direito internacional, deveriam salvaguardá-los (FERRO, 1990). Nesse contexto, paralelamente ao decreto de neutralidade, o governo brasileiro determinou a internação de 44 navios mercantes alemães e dois austro-húngaros que se encontravam ocasionalmente em portos brasileiros (SWIGGUM; KOHLI, 2019).

## A GUERRA CHEGA ÀS ÁGUAS BRASILEIRAS – OS BLOQUEIOS MARÍTIMOS

Assim como a escala temporal, o espaço também tem recebido atenção especial dos pesquisadores que se dedicam ao estudo da História Global. Os espaços transnacionais, como rotas comerciais, mares e oceanos, facilitam a interação e as conexões entre áreas distantes. Nessa direção, estudos acerca da importância dos oceanos para a superação dos limites nacionais resultaram em extensa historiografia. Sebastian Conrad (2016, p. 119) destaca que

estudar grandes regiões e oceanos constitui um desafio significativo para geografias convencionais e para os estudos da área. Para muito da história humana, os grandes mares não funcionaram como corpos de água isolantes, mas permitiram contatos e interconexão entre fronteiras políticas e culturais.<sup>6</sup>

5 Entre as companhias de navegação alemãs que operavam rotas para o Brasil, figuravam a Hapag (Hamburg Amerika Line), a Hamburg-Bremen Afrika Line, a Hamburg Süd, a Roland Line, a Norddeustcher Lloyd, a Woermann Line, a Union Line e a Hansa Line, além da austro-húngara Unione Austriaca.

6 [...] *studying large regions and the oceans, posed a significant challenge to conventional geographies, and to the area studies. For much of human history, the great seas did not function as isolating bodies of water, but rather allowed for contacts and interconnections across political and cultural boundaries.* Tradução livre do autor.

Quanto ao Oceano Atlântico, em particular, pesquisas recentes apontam para sua relevância como palco de conexões e interações.<sup>7</sup> E foi exatamente pelas águas deste oceano que a guerra chegou, gradativamente, ao Brasil. Com o início da guerra na Europa, a Grã-Bretanha logo fez valer seu poderio naval para atacar e estrangular as linhas de navegação alemãs onde fosse possível. Conforme postula o historiador Dale Tomich (TOMICH, 2004), da Universidade de Binghamton, EUA, o mundo Atlântico é construído, historicamente, por agentes específicos, com interesses específicos. Nessa perspectiva, o Atlântico Sul era estratégico para as potências europeias, pois por ele passavam as principais rotas marítimas para os Oceanos Pacífico e Índico. Como a Alemanha possuía importantes vínculos comerciais com a América do Sul e com suas colônias africanas, inclusive com o Brasil, em agosto de 1914 dezenas de navios alemães navegavam no Atlântico Sul e, apesar da neutralidade do País, a guerra não tardou a chegar às águas costeiras do Brasil (DARÓZ, 2016).

Durante todo o período da guerra, e até um ano após seu término, a Marinha Real britânica empreendeu um intensivo bloqueio do litoral da Alemanha, uma operação naval prolongada conduzida com o propósito de restringir o fornecimento marítimo de mercadorias para as Potências Centrais. O bloqueio Aliado é considerado um dos elementos-chave na eventual vitória na guerra. O Conselho de Saúde Pública alemão declarou, em dezembro de 1918, que 763 mil civis

alemães haviam morrido de fome e doenças devido ao bloqueio (VINCENT, 1985). Um estudo posterior, no entanto, quantificou o número de mortos em 424 mil (GREBLER, 1940), uma cifra ainda bastante expressiva.

Embora o Brasil fosse claramente caracterizado como uma periferia, e estivesse legalmente no estado de neutralidade, cedo o bloqueio naval britânico produziu seus efeitos no comércio marítimo internacional. O cargueiro *Santa Catharina*, pertencente à companhia Hamburg Süd, viajava de Nova Iorque para Santos quando, na manhã de 14 de agosto de 1914, foi interceptado pelo cruzador britânico HMS *Glasgow*, próximo ao arquipélago dos Abrolhos, que imediatamente iniciou o ataque com seus canhões de 6 polegadas. Atingido em seu casco abaixo da linha-d'água, o cargueiro alemão de 106 metros de comprimento e 4.247 toneladas afundou rapidamente, tornando-se a primeira vítima da guerra em águas brasileiras (DARÓZ, 2016).

O bloqueio naval britânico também trouxe reflexos negativos para a economia brasileira, visto que o neutro Brasil tinha a Alemanha como seu segundo maior parceiro comercial, sendo frequentes as inspeções de navios mercantes nacionais, inclusive com a apreensão de cargas consideradas pelos britânicos como “contrabando de guerra”. Tais apreensões provocavam, frequentemente, protestos na imprensa nacional, como o que foi publicado no jornal *Correio da Manhã* (1916, p.1), em fevereiro de 1916:

7 Ver TOMICH, Dale. “O Atlântico como espaço histórico”. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, pp. 221-240, 2004. RODGERS, Daniel. *Atlantic crossings: social politics in a progressive Age*. Princeton: Princeton University Press, 1998. BAILYN, Bernard. *Atlantic History: concept and contours*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. GREENE, Jack; MORGAN, Philip (orgs.). *Atlantic History: a critical appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2009. SILVA, Francisco Carlos Teixeira; ALVES DE ALMEIDA, Eduardo; SCHURSTER, Karl (orgs.). *Atlântico: a história de um oceano*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2013.



Intervindo com o seu tremendo poder naval para interromper as relações comerciais dos neutros com os impérios germânicos e até mesmo para impossibilitar o intercâmbio de um país com o outro, a Inglaterra não tem em vista obter resultados militares, mas sim anarquizar o comércio universal de forma a poder reorganizar mais tarde em seu proveito a vida econômica do mundo.

O bloqueio britânico gerou uma reação natural por parte dos alemães, que, embora desde antes da guerra compreendessem a superioridade naval britânica, procuraram formas de comprometer sua economia de guerra, baseada, principalmente, no comércio marítimo internacional. Para isso, no dia 4 de fevereiro de 1915, o secretário de Estado para a Marinha da Alemanha, Almirante Alfred von Tirpitz, determinou um bloqueio naval ao redor das ilhas britânicas e da Irlanda, com o propósito de sufocar sua economia (SONDHAUS, 2015). Para isso, devido à inferioridade da Marinha Imperial em relação à sua oponente britânica, os alemães utilizaram incursores de superfície<sup>8</sup> e, principalmente, sua frota de submarinos, os *u-boot*.<sup>9</sup>

**No dia 3 de maio de 1916, o primeiro navio brasileiro foi afundado pelos alemães, o cargueiro *Rio Branco*, cedido ao governo britânico e que navegava a seu serviço**

Na primeira semana de maio de 1915, um fato decorrente da campanha submarina alemã provocou grande comoção internacional e impactou as relações entre os EUA, então neutro, e a Alemanha, duas potências de primeira linha: o afundamento do navio de passageiros *Lusitânia*. Embora pertencesse a uma companhia de navegação britânica (Cunard Line), o afundamento do *Lusitânia* por um submarino alemão provocou a morte de 1.200 pessoas, inclusive 128 cidadãos norte-americanos. Mesmo diante de pesadas críticas da opinião pública mundial, o

*Lusitânia* foi classificado pelos alemães como alvo legítimo, sob a alegação de que o mesmo transportava munições e armamentos para os britânicos. Muitas suposições foram feitas em relação ao naufrágio e às cargas a bordo; alguns

falam em uma enorme quantidade em ouro, e a presença do diretor da Galeria Nacional de Arte da Irlanda entre os passageiros parece confirmar que algumas telas de Rubens, Monet e outros mestres da pintura estavam a bordo.<sup>10</sup>

O presidente norte-americano Woodrow Wilson explorou a tragédia e aproveitou a oportunidade para ameaçar

8 Os incursores de superfície eram navios mercantes (cargueiros e navios de passageiros) artilhados com canhões e torpedos e convertidos em navios auxiliares. Alguns deles atuaram em águas brasileiras, como o *Cap Trafalgar* e o *Möwe*. Ver DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016. QUEIROZ, Tito Henrique Silva. “A guerra dos corsários – ações navais na costa brasileira durante a Primeira Guerra Mundial (1914-18)”. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 25, p. 36-49, 2017.

9 *U-Boot* (em alemão *Unterseeboot*, literalmente “barco submarino”) é o termo pelo qual os submarinos alemães ficaram conhecidos nas duas guerras mundiais. Em inglês, também foram consagrados como *U-boats*.

10 Embora tenha havido uma grande revolta por um navio mercante “inocente” ter sido afundado, os historiadores acreditam que o *Lusitânia* transportava 10 toneladas de armas a bordo, fato que o tornava um alvo válido de acordo com o Direito Internacional.



a Alemanha e exigir reparações. O *kaiser* Guilherme II, preocupado em ter os EUA, com todo o seu potencial, como inimigo da Alemanha, resolveu suspender temporariamente a guerra submarina, mas, no âmbito da opinião pública norte-americana, o estrago já havia sido feito.

No dia 3 de maio de 1916, o primeiro navio brasileiro foi afundado pelos alemães. Na ocasião, o submarino alemão *UB-27* afundou o cargueiro *Rio Branco* (UBOAT.NET, 2018) quando este navegava em águas restritas. O vapor havia sido cedido ao governo britânico e navegava a seu serviço, com tripulação norueguesa, o que tornou o ataque legal à luz das leis de guerra. Mas, apesar disso, o afundamento provocou comoção e protestos no Brasil, pois o *Rio Branco* navegava com bandeira brasileira e com a inscrição “Brasil” pintada bem visível em seu casco. Apesar dos protestos, o fato de o afundamento ter sido efetuado de acordo com as regras de guerra fez com que o Governo brasileiro se mantivesse cauteloso e conservasse sua condição jurídica de país neutro (DARÓZ, 2016).

## 1917 – O BRASIL INGRESSA NA GUERRA

A incapacidade de romper o impasse das trincheiras em 1915 levou os Aliados e as Potências Centrais a planejarem grandes ofensivas com o objetivo de derrotar o inimigo. O resultado foi que, no ano de 1916, a guerra assumiu proporções até então inimagináveis.

Franceses e britânicos planejavam uma extensa ofensiva na região do Rio Somme para ser desencadeada no verão de 1916,

mas, antes que isso acontecesse, foram os alemães quem lançaram sua ofensiva, em fevereiro, contra o importante entroncamento ferroviário de Verdun, perto de Metz. Se capturassem Verdun, os alemães poderiam aproveitar a malha ferroviária para transportar tropas e suprimentos para a linha de frente. A campanha de Verdun foi a mais longa ocorrida durante a guerra e deixou a França perigosamente perto da derrota. A Batalha de Verdun foi a mais intensa da guerra, sob a perspectiva da concentração geográfica. Quase todas as mortes ocorreram dentro de uma área de 2,6 km<sup>2</sup>, sobre a qual foram disparadas 10 milhões de granadas, equivalentes a 1,35 milhões de toneladas de aço e explosivos (WILMOTT, 2008).

No intuito de aliviar a pressão contra seus aliados, os britânicos decidiram prosseguir com a ofensiva no Somme praticamente sozinhos. O plano traçado, no entanto, pouco diferia do adotado pelo comandante alemão em Verdun e consistia em atacar as trincheiras inimigas frontalmente, com uma barragem de artilharia prévia tão intensa que pudesse destruir os alambrados de arame farpado e desmoralizar os soldados alemães em suas posições. Quando a infantaria britânica saiu de suas trincheiras e cruzou a “terra de ninguém”<sup>11</sup>, ao amanhecer do dia 1º de julho, foi recebida com o mortífero fogo das metralhadoras Maxim e da artilharia alemã. Esta data ficou marcada como o dia mais sangrento da história do Exército britânico, onde, de suas 17 divisões, 16 entraram em ação, sofrendo impressionantes 57.470 baixas, das quais 19.240 mortos (TUCHMAN, 1998).

11 “Terra de ninguém” é um termo empregado para designar um território não ocupado ou, mais especificamente, um território sob disputa entre partes que não o ocuparão por medo ou incerteza. O termo é uma derivação da expressão da língua inglesa “*no man's land*” (literalmente “terra de nenhum homem”), criada durante a Primeira Guerra Mundial.

Os eventos ocorridos na Alemanha, do outro lado do Atlântico, terminariam por levar o Brasil a abandonar sua neutralidade e arrastar o País para a guerra. Em março de 1916, Von Tirpitz foi substituído no comando da Marinha Imperial alemã por defender a guerra submarina irrestrita a fim de romper o impasse na frente ocidental. Por ordem do *kaiser*, a campanha havia sido suspensa temporariamente desde o afundamento do *Lusitânia*, que chocou a opinião pública mundial e provocou a ira dos norte-americanos. O chanceler Theobald von Bethmann-Hollweg, temendo a entrada dos EUA na guerra, manobrou para que Tirpitz fosse destituído da Secretaria de Estado para Marinha. No entanto, o experiente almirante conseguiu articular para que fosse nomeado como seu sucessor o Almirante Eduard von Capelle, também favorável à

guerra submarina irrestrita. Capelle, então, trabalhou para convencer o *kaiser* sobre a importância de ampliar a campanha submarina, e finalmente, em 1º de fevereiro de 1917, Guilherme II a autorizou sem restrições geográficas (TUCHMAN, 1998).

O conde Johann von Bernstorff, embaixador alemão em Washington, alertou ao secretário de Estado dos EUA, Robert Lansing, em um comunicado diplomático, sobre os perigos que corriam os navios de países neutros:

[...] Os navios neutros que navegam nestas zonas de bloqueio o fazem por sua própria conta e risco. Embora cuidados tenham sido tomados para que navios neutros que estão a caminho

de portos das zonas de bloqueio em 1º de fevereiro de 1917, [...] é altamente recomendável avisá-los com todos os meios disponíveis, a fim de fazer com que regressem.

Os navios neutros que, em 1º de fevereiro, estiverem nos portos das zonas de bloqueio poderão, com a mesma segurança, deixá-los. As instruções dadas aos comandantes de submarinos alemães preveem um período suficientemente longo, durante o qual é garantida a segurança dos passageiros em navios de passageiros inimigos desarmados. [...] (FIRST WORLD WAR, 2014a)

### **Os eventos ocorridos na Alemanha, do outro lado do Atlântico, terminariam por levar o Brasil a abandonar sua neutralidade e arrastar o País para a guerra**

Ao tomar conhecimento do anúncio do bloqueio, o Brasil não poderia aceitar passivamente os seus termos, pois sua economia dependia essencialmente das exportações de café para a França e para a Grã-

Bretanha. Embora o País não considerasse o café como produto de guerra, e, com isso, os navios brasileiros que o transportavam estariam, em tese, livres de ataques, a Alemanha julgava o transporte de café para seus inimigos como contrabando, o que tornaria qualquer ataque justificável.

O chanceler brasileiro Lauro Müller reuniu representantes de outros países sul-americanos em Petrópolis para angariar apoio e protestou contra a nova política de bloqueio alemã. Entre outras considerações, a reclamação diplomática brasileira assinalava que

[...] Por causa de os meios utilizados para realizar esse bloqueio, a extensão das zonas interditas, a ausência de

todas as restrições, incluindo a ausência de advertência para os navios sob ameaça, mesmo neutros, e a intenção anunciada de utilizar todos os meios militares de destruição de não importa qual país, esse bloqueio não seria nem normal, nem eficaz e seria contrário aos princípios de direito e às regras convencionais estabelecidas para as operações militares desta natureza.

Por estas razões, o governo brasileiro, apesar de seu desejo sincero e com vontade de evitar qualquer desacordo com as nações em guerra, com quem está em termos amigáveis, acredita ser o seu dever protestar contra esse bloqueio e, conseqüentemente, para deixar inteiramente com o Governo Imperial alemão a responsabilidade por todos os atos que envolvam cidadãos brasileiros, de mercadoria, ou de navios e que, comprovadamente, tenham sido cometidos com violação dos princípios reconhecidos do direito internacional e das convenções assinados pelo Brasil e pela Alemanha. (FIRST WORLD WAR, 2014b)

Em resposta ao protesto diplomático, no dia 9 de fevereiro o ministro das Relações Exteriores alemão, Arthur Zimmerman, enviou um ofício ao Governo brasileiro justificando a nova política de seu país:

[...] contra suas intenções, devido à atitude dos inimigos da Alemanha, [esta] se vê na obrigação de abater as restrições às quais se sujeitou o emprego de suas forças navais durante quase dois anos, apesar dos importantes interesses militares prejudicados por semelhante resolução. (CASTRO, 2014)

A expansão do bloqueio trouxe grandes problemas para a economia brasileira, baseada na exportação de produtos agrícolas

para a Europa, especialmente o café. Para piorar a situação, os britânicos proibiram a importação do café, sob a alegação de que era um produto supérfluo e ocupava muito espaço nos navios e estes deveriam dar prioridade para transportar itens necessários ao esforço de guerra. Apesar da ameaça, no entanto, os navios mercantes brasileiros continuaram a transportar suas cargas na linha Brasil-Europa e logo pagariam o preço por isso (DARÓZ, 2016).

Desde o afundamento do *Lusitânia*, a opinião pública dos EUA voltou-se contra as Potências Centrais, em especial contra a Alemanha, e o isolacionismo típico do país foi aos poucos sendo deixado de lado. A ameaça de afundamento de novos navios de bandeira americana levou o Presidente Woodrow Wilson, em um pronunciamento no Congresso no princípio de fevereiro de 1917, a solicitar o rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha (FIRST WORLD WAR, 2014c).

A reação negativa dos americanos era prevista, mas nem mesmo a ameaça de tirar os EUA do isolamento e trazê-los para a guerra parecia preocupar os mandatários germânicos. Sobre isso, o Almirante Eduard von Capelle, secretário de Estado para a Marinha, foi direto, ainda em janeiro: “Os americanos nem mesmo chegarão, porque nossos submarinos irão afundá-los. Do ponto de vista militar, os americanos não significam nada, nada, e mais uma vez, nada.” (TUCKER, 2002, p. 35)

Mesmo assim, talvez por precaução, em janeiro de 1917, Berlim propôs ao México, em troca do apoio do país latino-americano à causa alemã, a devolução de uma grande parte do território norte-americano, incluindo o Texas, o Arizona e o Novo México, caso a Alemanha saísse vencedora no conflito. A proposta foi feita num telegrama assinado pelo ministro do Exterior, Zimmermann, e foi interceptada pela

inteligência britânica, que a entregou no final de fevereiro ao Presidente Wilson, recentemente reeleito (BOGHARDT, 2012). A publicação da carta na imprensa dos EUA, em 1º de março – três dias antes do discurso inaugural do segundo mandato do Presidente –, alimentou ainda mais a causa intervencionista e provou que a neutralidade não poderia ser sustentada por muito mais tempo.

Entre 1º de fevereiro, quando teve início a campanha submarina irrestrita, e o início do mês de abril, nada menos do que 11 navios mercantes com bandeira norte-americana foram afundados ou avariados (AMERICAN MERCHANT MARINE AT WAR, 2014) pelos submarinos de Von Capelle, o que levou os EUA a declararem, em 6 de abril, guerra contra a Alemanha.

O ingresso dos norte-americanos na guerra representou um alento e reacendeu as esperanças de vitória para os governantes das potências Aliadas, além de influenciar diretamente no ingresso do Brasil na guerra, visto que o País encontrava-se na esfera geopolítica norte-americana. Em razão do alinhamento político do Brasil com os EUA, decorrente da Doutrina Monroe, a declaração de guerra teve reflexos imediatos no país. Em um despacho com o ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, no início de 1917, o Presidente Wenceslau Braz afirmou que, em qualquer evento relacionado com a guerra na Europa, apoiaria o posicionamento dos EUA (DARÓZ, 2016). A neutralidade brasileira não poderia durar muito tempo. A

guerra, que rondava as águas territoriais do País e que havia provocado o afundamento de navios britânicos e alemães, logo faria vítimas brasileiras.

A crescente ameaça submarina à navegação e à costa brasileiras estava ligada diretamente à importância das rotas comerciais que cruzavam o Atlântico, seja no serviço de cabotagem, seja nas viagens de longo curso entre o Brasil e a Europa. Os sucessivos afundamentos de navios mercantes brasileiros por *u-boots* alemães promoveram, gradativamente, uma escalada na deterioração das relações Brasil-Alemanha, que culminaram com a declaração

de guerra. O processo de degradação da diplomacia, que resultou na beligerância, corrobora o estudo das conexões entre culturas diferenciadas, tendo o Atlântico como meio para essa interação (CONRAD, 2016).

Na noite de 3 para 4 de abril de 1917, o vapor *Paraná* navegava a cerca de 10

**Os sucessivos afundamentos de navios mercantes brasileiros por *u-boots* alemães promoveram a deterioração das relações Brasil-Alemanha, que culminaram com a declaração de guerra**

milhas ao largo do Cabo Barfleur, a poucas horas de navegação de seu porto de destino, com todas as luzes acesas, a bandeira nacional hasteada em seu mastro e o nome “Brasil” pintado nitidamente em seu casco de aço, tudo de acordo com as exigências feitas aos navios de países neutros. Perto da meia-noite, sem qualquer aviso prévio, o navio foi atingido por um torpedo a bombordo, na altura do compartimento de máquinas, a cerca de um metro abaixo da linha de navegação, exatamente onde a inscrição “Brasil” estava pintada no costado. O *Paraná* afundou nas primeiras horas da madrugada, com a perda de três tripulantes.

O afundamento do *Paraná* provocou grande comoção no Brasil. A agressão reverberou na imprensa nacional, que passou a cobrar uma atitude mais enérgica do Governo brasileiro e o alinhamento com os EUA na guerra contra a Alemanha. O embaixador alemão no Rio de Janeiro, Adolph Pauli, se apressou em dar explicações, mas o Governo brasileiro recusou-se a recebê-lo. No dia 11 de abril, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha e devolveu os passaportes aos seus representantes, o que, na linguagem diplomática internacional, representava sua expulsão do país (DARÓZ, 2016).

Ainda que discordasse da política de bloqueio marítimo e sofresse prejuízos em sua economia, o Governo brasileiro decidiu agir com cautela e manteve a neutralidade diante a declaração de guerra dos EUA contra a Alemanha e, para isso, publicou decreto em 25 de abril (BRASIL, 2017a), formalizando o posicionamento do Brasil:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Havendo o Governo Federal recebido notificação oficial do Governo americano de que o mesmo se acha em estado de guerra com o do Império Alemão;

Resolve que sejam observadas e cumpridas pelas autoridades brasileiras, enquanto o contrário lhes não for ordenado, as regras [de neutralidade] constantes da circular que acompanhou o Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914, no atual estado de guerra entre os Estados Unidos da América e o Governo do Império Alemão.

O afundamento do *Paraná* provocou diversas manifestações públicas a favor da declaração de guerra. No sul do País, na Capital Federal e em São Paulo, dezenas

de estabelecimentos comerciais e propriedades de imigrantes alemães e de seus descendentes foram atacados e pilhados.

O cargueiro *Tijuca* zarpou do Rio de Janeiro na manhã de 28 de março de 1917, com destino ao porto de Le Havre, na França. Após realizar escalas no Recife, no arquipélago de Cabo Verde e na Ilha da Madeira, o navio partiu de Funchal em 12 de abril, para cumprir a última etapa de sua viagem. Porém, na noite 20 de maio, quando navegava em águas do Canal da Mancha, a poucas milhas da ilha francesa de Ouessant, um torpedo arreventou seu casco a estibordo. Imediatamente, seus tripulantes abandonavam o navio e conseguiram divisar o submarino alemão que os atacou, tendo sido verificada a perda de um marinheiro (DARÓZ, 2016).

O Brasil ainda recebia as notícias do afundamento do *Tijuca* quando, apenas dois dias depois, em 22 de maio, o submarino alemão *U-47* interceptou o cargueiro *Lapa*, do Lloyd Nacional, ao largo do Cabo Trafalgar, na costa espanhola (UBOAT.NET, 2014). O *U-boot* aproximou-se pela proa, identificou o navio e, após a apreensão de documentos e um breve interrogatório, deu cinco minutos para a evacuação do navio. Pouco depois de as baleeiras se afastarem do navio brasileiro com todos os seus 31 tripulantes, duas fortes explosões sacudiram o *Lapa*, que afundou em pouco mais de dois minutos. Um barco de pesca recolheu os naufragos e os levou em segurança a Sanlúcar de Barrameda, na Espanha.

O afundamento dos dois navios teve como consequência o fim da neutralidade brasileira perante a guerra e resultou no confisco dos navios alemães e austríacos que estavam retidos nos portos brasileiros desde 1914, o que foi formalizado pelo Decreto nº 12.501, publicado no dia 2 de junho (BRASIL, 2017b):

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização que lhe concede o nº 1 do art. 2º do decreto legislativo nº 3.266, de 1º de junho do corrente ano, decreta:

Art. 1º – O Governo do Brasil requisa todos os navios mercantes alemães ancorados nos portos da República, a fim de utilizá-los como o aconselharem as conveniências e necessidades da navegação e do comércio.

Art. 2º – Uma vez ocupados, nos termos do decreto legislativo acima mencionado, esses navios serão considerados brasileiros para o efeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional.

Art. 3º – O Governo providenciará para que, no mais breve prazo possível, essas embarcações sejam postas em condições de navegar e no serviço de transportes, de acordo com o disposto no art. 1º.

Os tripulantes dos navios foram desembarcados e alojados sem maiores dificuldades, passando a ser alimentados pelo Governo Federal. A diplomacia alemã protestou, por intermédio da embaixada dos Países Baixos, que representava seus interesses junto ao Brasil depois do rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. O chanceler Nilo Peçanha respondeu justificando a medida como represália, de acordo com as regras do direito internacional. Os navios foram rebatizados com nomes nacionais e receberam tripulações brasileiras. Alguns foram distribuídos para as companhias de navegação do País, a estatal Lloyd Brasileiro e a recém-criada Lloyd Nacional, de capital privado. Umhas poucas embarcações foram incorporadas à Marinha do Brasil, e as demais foram arrendadas para a

França, como contribuição brasileira ao esforço de guerra.

Curiosamente, um desses navios, o *Palatia*, rebatizado como *Macau*, seria afundado por um submarino alemão em outubro, e seria o motivo para a entrada do Brasil na guerra. No dia 18 de setembro de 1917, o *Macau* zarpou do porto do Rio de Janeiro transportando 67 mil sacas de café e feijão, adquiridas pelo Governo da França, com destino ao porto de Le Havre. Exatamente um mês após sua partida, o navio navegava a 200 milhas do Cabo Finisterra, na Galícia, já em águas espanholas, quando foi interceptado e torpedeado pelo submarino *U-93* (UBOAT.NET, 2019). Em poucos minutos o *Macau* desapareceu sob as águas do Atlântico. A notícia do torpedeamento do *Macau* chegou ao País somente cinco dias depois, no dia 23 de outubro. A indignação que se seguiu ao afundamento fez recrudescer a revolta popular. No Rio de Janeiro, armazéns, restaurantes, fábricas e jornais de empresários germânicos foram vandalizados e saqueados, a exemplo do que ocorrera em São Paulo e no sul do País (DARÓZ, 2016). A perda do *Macau* também foi a gota d’água para o Governo brasileiro, restando apenas reconhecer a existência de um estado de guerra já existente. O Presidente Wenceslau Braz encaminhou ao Congresso Nacional, em 25 de outubro, uma mensagem (BRASIL, 1917d) apresentando sua disposição em romper a neutralidade e reconhecendo que o Brasil, de fato, já se encontrava em guerra, nos seguintes termos:

Senhores membros do Congresso Nacional,

Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegramas de Londres e Madri, o

governo acaba de saber que foi torpedeado, por um submarino alemão, o navio brasileiro *Macau* e que está preso o seu comandante.

A circunstância de ser este o quarto navio nosso posto a pique por forças navais alemãs é por si mesma grave, mas esta gravidade sobe de ponto com a prisão do comandante brasileiro.

Não há como, senhores membros do Congresso Nacional, iludir a situação ou deixar de constatar, já agora, o estado de guerra que nos é imposto pela Alemanha.

A prudência com que temos agido não exclui, antes nos dá a precisa autoridade, mantendo ileso a dignidade da nação para aceitar os fatos como eles são e aconselhar represálias de franca beligerância.

Se o Congresso Nacional, em sua alta sabedoria, não resolver o contrário, o governo mandará ocupar o navio de guerra alemão que está ancorado no porto da Bahia, fazendo prender a sua guarnição, e decretará a internação militar das equipagens dos navios mercantes de que nos utilizamos.

Parece chegado o momento, senhores membros do Congresso Nacional, de caracterizar na lei a posição defensiva que nos têm determinado os acontecimentos, fortalecendo os aparelhos de resistência nacional e completando a evolução da nossa política externa, à altura das agressões que vier a sofrer o Brasil.

Palácio da Presidência, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1917.

Wenceslau Braz P. Gomes.

No dia seguinte, após um exaltado debate que mobilizou deputados e senadores, o Congresso Nacional publicou o Decreto nº 3.361 (BRASIL, 2017c), reconhecendo o estado de guerra contra a Alemanha:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo único – Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da República a adotar as providências constantes da mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa, nacional e de segurança pública que julgar necessárias, abrindo os créditos precisos ou realizando as operações do crédito que forem convenientes para esse fim; revogadas as disposições em contrário.

Finalmente, após a guerra rondar insistentemente as águas territoriais brasileiras desde 1914, o Brasil entrava no conflito, acompanhando os mesmos passos dos EUA, com uma defasagem de seis meses. É interessante observar que não houve uma declaração formal de guerra pelo Brasil, mas sim o reconhecimento de um estado de guerra iniciado pelo Império alemão. Embora as disputas entre as potências europeias que deram origem à guerra fossem um assunto distante do Brasil, as conexões do País, sobretudo econômicas, com as principais potências europeias e a influência dos EUA na América Latina terminaram por conduzi-lo à guerra. O Atlântico, inserido em um panorama global, constituiu-se como verdadeiro acesso para realizar uma ligação transnacional do Brasil com o conflito inicialmente deflagrado na Europa. Embora periférico por essência, o País terminou por ser conduzido ao centro dos acontecimentos mundiais, tornando-se o único da América Latina a enviar forças militares para atuarem no conflito.



## REFLEXÕES FINAIS

O campo da História Global privilegia o estudo de conexões, processos e relações transnacionais, que, devidamente sistematizados, permitem maior análise estrutural e a superação do nacionalismo metodológico. Para tanto, os eventos e processos são estabelecidos segundo uma perspectiva global, caracterizada por novas abordagens, novos problemas e novas escalas temporais e espaciais.

É importante compreender que os processos globais sempre existiram na História. No estudo do global, o eurocentrismo é relativizado, evitando determinismos, marcado pela ascensão de novos “centrismos” e, em que pesem discussões teórico-metodológicas, abrem um salutar debate entre regiões centrais e periferias. Em nosso estudo, podemos verificar como o Brasil, um país caracteristicamente periférico, foi arrastado à guerra e levado ao centro dos acontecimentos históricos mundiais.

Mais comumente instrumentalizada para estudar a economia, o capitalismo, as mercadorias, a escravidão e a sociedade, entre outros objetos, a História Global apresenta-se como valioso campo para analisar guerras, conflitos, diplomacia e relações internacionais, fenômenos essencialmente desenvolvidos no plano transnacional, por atores diferenciados. Por seu turno, no caso brasileiro, a economia, caracterizada pelo comércio marítimo internacional, terminou por envolver o país na guerra, quando seus navios mercantes começaram a ser afundados pelos submarinos alemães. É interessante compreender como a dinâmica do bloqueio marítimo

britânico contra o litoral da Alemanha gerou uma reação, também naval, calcada nos *U-boot*, uma nova tecnologia bélica que se apresentou no conflito, dinâmicas elaboradas na Europa e desenvolvidas no Atlântico. E, acima de tudo, como a campanha submarina alemã levou países neutros do continente americano a ingressarem na guerra, como os EUA, e, posteriormente, o Brasil, sob sua influência.

Se em uma escala macro a participação do Brasil no conflito em favor dos Aliados da Tríplice Entente foi limitada, para o País o alinhamento geopolítico, sobretudo com a França, foi extremamente significativo e, em uma escala reduzida e doméstica, trouxe alguns frutos, como um surto de industrialização e o desenvolvimento de suas forças armadas<sup>12</sup>.

É interessante observar como a guerra em escala global, tal qual o conflito de 1914-1918, promove transformações estruturais que impactam indelevelmente a geopolítica internacional. Após o armistício, em novembro de 1918, quatro longevos impérios haviam desaparecido – Russo, Alemão, Otomano e Austro-Húngaro – e uma nova ordem mundial foi instalada, inclusive com a criação da Liga das Nações.

Finalmente, ao pensar em uma perspectiva global, o estudo do processo e das conexões que levaram o Brasil, um país periférico, em menos de três anos a se envolver no maior conflito bélico jamais experimentado pela humanidade, no centro da Europa, nos leva a concluir que a História Global não pode ocupar apenas um lugar como pano de fundo, mas sim ser estudada como próprio componente do processo histórico.

12 Após a guerra, o Governo brasileiro contratou uma missão militar na França para modernizar e reformular o Exército Brasileiro. Ver BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidades e profissionalismo (1920-1940)*. 2009, 700f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2009.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:  
<GUERRAS>; Primeira Guerra Mundial;

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto. “A guerra de 1914-18 e o Brasil: impactos imediatos e efeitos permanentes”. *Dom Total*, 31 jul. 2014. Disponível em: <<https://domtotal.com/artigo/4382/31/07/a-guerra-de-1914-18-e-o-brasil/>>. Acesso em 13 jun. 2019.
- AMERICAN MERCHANT MARINE AT WAR. *U.S. Merchant Ships, Sailing Vessels, and Fishing Craft Lost from all Causes during World War I*. Disponível em: <<http://www.usmm.org/www1merchant.html>>. Acesso em 18 out. 2014.
- BOGHARDT, Thomas. *The Zimmermann telegram: intelligence, diplomacy, and America's entry into World War I*. Annapolis: Naval Institute Press, 2012.
- BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil 1939-1940*. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- BRASIL. *Decreto nº 11.037, de 4 de agosto de 1914* – Regras gerais de neutralidade do Brasil no caso de guerra entre as potências estrangeiras. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11037-4-agosto-1914-575458-publicacaooriginal-98652-pe.html>>. Acesso em 6 jun. 2019.
- BRASIL. *Decreto nº 12.458, de 25 de abril de 1917* – Manda que sejam observadas as regras constantes do Decreto nº 11.037, de 4 de Agosto de 1914, no atual estado de guerra entre os Estados Unidos da América e o governo do Império Alemão. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12458-25-abril-1917-520004-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 18 out. 2014.
- BRASIL. *Decreto nº 12.501, de 2 de junho de 1917* – Manda utilizar todos os navios mercantes alemães ancorados nos portos da República. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=49909>>. Acesso em 18 out. 2014.
- BRASIL. *Decreto nº 3.361, de 26 de Outubro de 1917* – Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3361-26-outubro-1917-776105-publicacaooriginal-139969-pl.html>>. Acesso em 19 out. 2014.
- BRASIL. *Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional*, de 25 de outubro de 1917. Acervo do Arquivo Nacional.
- ALBUQUERQUE, José Medeiros. “Le Brésil et la guerre européenne”. *L’Amérique Latine et la guerre européenne*, Paris, Hachette, 1916, p. 41, *apud* COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CAPRICHOS do bloqueio. *Correio da Manhã*, nº 6.206, Rio de Janeiro, 21 fev. 1916, p. 1.
- CASTRO, Adler Homero. “O Brasil na 1ª Guerra Mundial e a DNOG”. *Revista Brasileira de História Militar*, Rio de Janeiro, n. 14, ago. 2014.
- COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- DARÓZ, Carlos. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FERRO, Marc. *História da Primeira Guerra Mundial 1914-1918*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.
- FIRST WORLD WAR. *Primary documents – Germany's Policy of Unrestricted Submarine Warfare, 31 January 1917*. Disponível em: [http://www.firstworldwar.com/source/uboaat\\_bernstorff.htm](http://www.firstworldwar.com/source/uboaat_bernstorff.htm). Acesso em 18 out. 2014.

- FIRST WORLD WAR. *Primary documents – President Wilson's Speech to Congress Regarding Unrestricted U-Boat Warfare, 3 February 1917*. Disponível em: <[http://www.firstworldwar.com/source/uboaat\\_wilson.htm](http://www.firstworldwar.com/source/uboaat_wilson.htm)>. Acesso em 18 out. 2014.
- FIRST WORLD WAR. *Primary documents – Brazil's Reaction to Germany's Policy of Unrestricted Submarine Warfare, 6 February 1917*. Disponível em: <[http://www.firstworldwar.com/source/uboaat\\_brazil.htm](http://www.firstworldwar.com/source/uboaat_brazil.htm)>. Acesso em 18 out. 2014.
- GREBLER, Leo. *The cost of the World War to Germany and Austria-Hungary*. New Haven: Yale University Press, 1940.
- HARE, J. Laurence; WELLS, Jack Wells. “Promising the World: surveys, curricula, and the challenge of Global History”. *History Teacher*, Long Beach, v. 48, n. 2, p. 371-388, fev. 2015.
- HASTINGS, Max. *Catástrofe: 1914 – a Europa vai à guerra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- MARQUESE, Rafael Bivar. “A história global da escravidão Atlântica: balanço e perspectivas”. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n. 41, pp. 14-41, jan./abr. 2019.
- MOUGEL, Nadège. World War I casualties. *Reperes – Centre virtuel de la connaissance sur l'Europe*, 2011. Disponível em: <<http://www.centre-robert-schuman.org/userfiles/files/REPERES%20E2%80%93%20module%201-1-1%20-%20explanatory%20notes%20E2%80%93%20World%20War%20I%20casualties%20E2%80%93%20EN.pdf>>. Acesso em 11 jun. 2019.
- RINKE, Stefan; KRIEGESMANN, Karina. Latin America. *1914-1918 Encyclopedia of the First World War*. Nov. 2015. Disponível em: <[https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/latin\\_america](https://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/latin_america)>. Acesso em 12 jun. 2019.
- SONDHAUS, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. São Paulo: Contexto, 2015.
- SWIGGUM, Susan; KOHLI, Marjorie. *The ships list*. Disponível em: <<http://www.theshipslist.com/ships/lines/lloydbrasileiro.shtml>>. Acesso em 6 jun. 2019.
- TOMIC, Dale. “O Atlântico como espaço histórico”. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, pp. 221-240, 2004.
- TUCHMAN, Barbara Wertheim. *Canhões de agosto*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.
- TUCKER, Spencer. *Who's who in Twentieth Century warfare*. London: Routledge, 2002.
- UBOAT.NET. *U 47*. Disponível em: <<http://www.uboaat.net/wwi/boats/index.html?boat=47>>. Acesso em 18 out. 2014.
- UBOAT.NET. *U 93*. Disponível em: <<https://uboaat.net/wwi/boats/?boat=93>>. Acesso em 12 jun. 2019.
- UBOAT.NET. *UB 27*. Disponível em: <<https://uboaat.net/wwi/boats/?boat=UB+27>>. Acesso em 11 dez. 2018.
- WILDER, Gary. “From optic to topic: the foreclosure effect of historiographic turns”. *American Historical Review*, Oxford, v.117, n. 3, p. 671-998, jun. 2012.
- WILLMOTT, Hedley Paul. *Primeira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- VINCENT, Paul. *The politics of hunger: the allied blockade of Germany, 1915-1919*. Athens: Ohio University Press, 1985.